

120 ANOS DE RECLAMAÇÃO DE SAPAIS NA RIA FORMOSA

Carlos A. Mendes de SOUSA¹; Emília CUNHA; Laura RIBEIRO

¹Instituto Português do Mar e Atmosfera. carlos.sousa@ipma.pt

Tema: Usos e pressões nas zonas costeiras

RESUMO

O litoral sudoeste da Península Ibérica partilha uma história comum no que respeita à ocupação e uso das zonas de sapal, sendo a produção de sal e a moluscicultura as principais actividades documentadas. A contínua presença humana na proximidade destas zonas húmidas conduziu a modificações significativas das áreas de sapal, progressivamente reclamadas para acomodar o desenvolvimento de zonas agrícolas e de pastoreio, expansão de saliculturas, e criação de aterros de lixo. Estas áreas também se constituem como zonas estratégicas para a biodiversidade, contendo diferentes habitats naturais de elevada produtividade, e funcionando como maternidade para um grande número de espécies. O reconhecimento da importância natural destas zonas é visível na definição de vários instrumentos de conservação da natureza nacionais e internacionais (e.g. Sítios Ramsar, Rede Natura 2000, Parques Naturais, etc.), correspondentes a cerca de 60% do litoral que se estende entre Tarifa, Espanha, e Setúbal, Portugal.

Com este trabalho pretende-se quantificar o processo de reclamação de zonas de sapal intermareal que teve lugar na Ria Formosa (Portugal) desde o final do século XIX. Para tal, foi criado uma série temporal de dados espaciais em ambiente SIG, georreferenciando e integrando cartografia histórica, fotografia aérea e ortofotografia. O uso do solo foi classificado em sete grupos funcionais: salicultura; aquacultura; moinhos de maré; tapadas agrícolas; zonas urbanizadas; diques; e zonas renaturalizadas. Com a industrialização incipiente do final do século XIX e construção da linha férrea, o processo de reclamação de zonas de sapal na Ria Formosa é intensificado. De um total 360ha de áreas de sapal ocupadas 1885, em 1958 contabilizam-se 1452ha ocupados, dos quais a salicultura representa 43%. O aumento das áreas reclamadas mantém-se a um ritmo crescente até à criação de áreas protegidas, primeiro em 1978 e depois em 1985, ano em que área total reclamada é de 2059ha. O processo de reclamação de sapais é reduzido significativamente a partir de 1985, contabilizando 2086ha em 2015.

Após a criação do Parque Natural da Ria Formosa, a área ocupada por actividades económicas tem vindo a diminuir, com a renaturalização de áreas abandonadas ou sem actividade localizadas em Domínio Público Marítimo. No entanto, existe um novo interesse em desenvolver actividades económicas nas zonas húmidas. Métodos de produção compatíveis com zonas ambientalmente sensíveis e que, em simultâneo, potenciem os serviços ecossistémicos (e.g. aquacultura multitrófica integrada) procuram espaços de implementação.

O presente trabalho constitui-se assim como uma primeira análise espacial e temporal do processo de reclamação de áreas de sapal na Ria Formosa, criando as condições base para uma discussão do potencial de reabilitação de áreas naturais degradadas, tal com definido nos princípios orientadores do Plano Estratégico para Aquacultura Nacional.

Palavras chave: Ria Formosa; Reclamação de sapal; Aquacultura; SIG.

